



DECRETO-A N.º 655, DE 07 DE AGOSTO DE 2024.

Institui a Comissão Municipal de Avaliação de Patrimônio Mobiliário e a Comissão Municipal de Avaliação Imobiliário.

O Prefeito de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal, considerando a necessidade de atualização dos valores contábeis lançados no Balanço Patrimonial do Município e considerando a necessidade de atualizar as informações públicas pertinentes aos bens moveis e imóveis da Administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Avaliação de Patrimônio Imobiliário, com os seguintes servidores, ficando a presidência a cargo do primeiro:

- I** - Alan Vieira Meus;
- II** - Rosete de Mattos Laranja;
- III** - Fabiola Queiroz Fernandes Raposo;
- IV** - Antônio Maria Libardi;
- V** - Cheila Santos da Cunha Adolfo;
- VI** - Danieli Araújo Lino;
- VII** - Marcelo Jose Rovetta Junior;
- VIII** - Arlan Cardoso Simões Pompermayer;
- IX** - Aldinei Nunes Albino.

Art. 2º Fica instituída a Comissão Municipal de Avaliação de Patrimônio Mobiliário, com os seguintes servidores, ficando a presidência a cargo do primeiro:

- I** - Tereza Marques de Oliveira;
- II** - Jaquissely Guisso Simões;
- III** – José Robson dos Santos;
- IV** - Bruna Garcia Belmiro;
- V** - Andressa dos Santos Brandão;
- VI** – Jocimara Aguiar dos Santos;
- VII** - Marcos Paulo Sezini Vasconcelos;
- VIII** - Aline Almeida juriatto;
- IX**– Otávio Pícoli Ferrari;

Art. 3º A Comissão Municipal de Avaliação de Patrimônio Imobiliário é a instância técnica responsável por calcular, para fins contábeis, os valores dos imóveis pertencentes ao Município de Anchieta, sendo responsável ainda por:

- I** - avaliar os imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal;
- II** - avaliar as áreas remanescentes de obra pública e/ou resultantes de modificação de alinhamento;
- III** - elaborar laudo detalhado e conclusivo do imóvel, objetivando respaldar o Poder Executivo de dados suficientes e inequívocos acerca do valor do bem;



- IV - proceder a reavaliação de bens a pedido de autoridade pública competente;
- V - exercer outras atividades correlatas.

Art. 4º A Comissão Municipal de Avaliação de Patrimônio Mobiliário é a instância técnica responsável por calcular, para fins contábeis, os valores dos bens móveis pertencentes ao Município de Anchieta, sendo responsável ainda por:

- I - avaliar os bens móveis pertencentes ao patrimônio público municipal;
- II - elaborar laudo detalhado e conclusivo do bem móvel, objetivando respaldar o Poder Executivo de dados suficientes e inequívocos acerca do valor do bem;
- III - proceder a reavaliação de bens a pedido de autoridade pública competente;
- IV - exercer outras atividades correlatas.

Art. 5º Os servidores citados no artigo farão jus ao recebimento de jeton nos termos do Decreto nº 6550/2024.

Art. 6º Fica revogado o Decreto-A nº 651/2024

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 07 de agosto 2024.

FABRICIO PETRI
PREFEITO DE ANCHIETA